

---

**Vozerio: memórias, escrituras e alianças políticas na educação**

*Voices: memories, writings and political alliances in education*

Késia dos Anjos Rocha  
Ariel Matos Brito  
Alfrancio Ferreira Dias  
**Universidade Federal de Sergipe (UFS)**  
São Cristóvão-Brasil

**Resumo**

Ensaíamos no presente escrito, alguns lampejos de caminhos para pensarmos em políticas de alianças na educação. Estabelecemos um diálogo com as vozes dos pensamentos *queer* e transfeministas, para pensarmos sobre os corpos dissidentes de gênero na educação e sobre as possíveis estratégias de insurgências. O revisitar de nossas memórias e histórias pessoais e, portanto, políticas, fazem emergir três pequenas escrituras, que são apresentadas e tomadas como estratégias teórico-metodológicas para questionarmos as hegemonias do sistema da diferença sexual, bem como seus efeitos sobre as vidas e subjetividades dos corpos viventes. Reivindicamos o direito de aparecer como estratégia para repensarmos nossas existências ontológicas, políticas e epistêmicas. Nesse percurso, refletimos sobre o direito de amar, de estar vivo, de sermos plurais.

**Palavras-chave:** Políticas de alianças na educação; Escrituras; Dissidências sexuais e de gênero

**Abstract**

In this writing, we have tried some glimpses of ways to think about alliance policies in education. We established a dialogue with the voices of queer and transfeminist thoughts, to think about the dissident bodies of gender in education and about possible insurgency strategies. Revisiting our personal and, therefore, political memories and histories, three small writings emerge, which are presented and taken as theoretical-methodological strategies to question the hegemonies of the sexual difference system, as well as its effects on the lives and subjectivities of the living bodies. We claim the right to appear as a strategy for rethinking our ontological, political and epistemic existences. Along this path, we reflect on the right to love, to be at university, to be alive, to be plural.

**Key-words:** Education alliance policies; Escrituras; Sexual and gender dissidences

## **Introdução**

Em 2013, Lia Meyer publicou um texto-desabafo no blog *Blogueiras Feministas* (MEYER, 2013) compartilhando a sua experiência ao passar por um processo cirúrgico de histerectomia (remoção do útero), em decorrência de uma endometriose. Chegamos ao seu texto a partir da leitura de Jaqueline Gomes de Jesus (2014), que o identifica como uma narrativa que se conecta às problematizações dos movimentos transfeministas. Lia é surpreendida pelos questionamentos de pessoas do seu entorno acerca da sua decisão: ao telefone com a sogra, a mesma a questiona sobre qual seria a utilidade da existência de uma mulher sem útero; o sogro atribui a ‘decisão’ dela de realizar a cirurgia ao excesso de estudo que ela tinha e à falta de ‘autoridade’ do marido, que, ‘onde já se viu’, não fazia nada a respeito. Para finalizar essa sequência de episódios patrulhadores do gênero, uma amiga, ao telefone, lhe pergunta como era estar sem útero, como era estar prestes a perder a ‘essência’ de sua feminilidade e, cabe complementar, o episódio todo nos leva a uma questão central: como era deixar de ser mulher ou se tornar menos mulher? Essas questões iniciais motivadas pela leitura do referido texto expõem um ponto central, a ideia de que o gênero nos atravessa, mesmo sendo vivido de maneiras muito diferentes, ele nos atravessa, e é essa consciência que nos inquina a pensar sobre o direito que temos ou não sobre nossos corpos e sobre os limites da categoria gênero.

O desejo de compor essa escrita nasce do encontro de três vozes, corpos que se debruçam na reflexão sobre uma política de gênero na educação. O ponto de partida é a pesquisa “Saberes e Epistemologias Trans\* no ensino superior”<sup>i</sup> cujo objetivo foi compreender como as epistemologias trans\*<sup>ii</sup> estão sendo potencializadas no contexto do ensino superior a partir de vivências e saberes de estudantes trans\*. Nosso objetivo nesse encontro-texto não é oferecer uma análise das falas das participantes<sup>iii</sup> mas, em alguns momentos, as ressonâncias dessas falas atravessarão muito do que desenvolveremos aqui. O fato de nossos corpos terem cruzado o mesmo caminho que esses discentes trans\* e de termos tido a oportunidade de escutar suas experiências, já nos transforma, não seguimos *us mesmas*<sup>iv</sup>. Para corpos lidos como inconformes no que tange às normas de gênero, andar pelos corredores das escolas, das universidades, nas ruas da cidade, nada disso é uma vivência trivial. Cada passo dado, cada corredor cruzado, cada ano letivo cumprido,

demarcam um ano a mais no desafio da sobrevivência em terras enraizadas na opressão e na violência.

É politicamente importante destacar que essa escrita é tecida em um contexto sócio-político de bastante crise - política, econômica, sanitária e, sobretudo, humana. Vivemos uma pandemia. Escrevemos com nossos corpos encerrados em nossas casas. Paredes emolduram nossos corpos e tentamos ajustá-los da forma menos desconfortável possível às cadeiras. Escrevemos. EscreVivemos. Sobrevivemos. E não é exagero de nossa parte. Seguimos nossos projetos, aulas, pesquisas, cumprimos nossos prazos, mas lá fora, muita gente se despede dos amores e afetos. Muita gente diz “até nunca mais” às pessoas queridas. Saudades. Tristeza. Luto.

À crise pandêmica desgovernada, soma-se um aparato conservador que vem se formando há bastante tempo a nível transnacional, mas que, no agora, assumiu a gestão do país e imprime em nosso dia a dia seus modos de governo. O gênero é político. Nunca esteve tão politizado, poderíamos arriscar dizer. A discussão sobre questões de gênero ganhou a cena política brasileira a partir dos anos 2000 e, mais especificamente, a partir de 2014, ano da aprovação do Plano Nacional de Educação (MOURA, SALES, 2018; VIANNA, BORTOLINI, 2020). Limpar. Borrarr. Apagar o gênero dos documentos oficiais virou projeto político de caráter ecumênico. Ecumênico porque conseguiu reunir agentes diferentes e divergentes em prol de uma única causa. Católicos, evangélicos, laicos etc. Juntos e unidos em prol desse objetivo comum, esses agentes passaram a se interpor àquilo que denominaram de “ideologia de gênero” (ou teoria do *gender*). Tal expressão já havia ganhado visibilidade nos contextos católicos da Europa, Estados Unidos e de vários países da América Latina e nós não ficamos de fora (MISKOLCI, CAMPANA, 2017; MISKOLCI, 2018; CORRÊA, KALIL, 2020). Combater o gênero virou bandeira comum entre esses grupos e foi possível observarmos isso no momento da votação do *impeachment* da presidenta Dilma em 2016, quando assistimos de camarote às narrativas misóginas e sexistas proferidas como justificativas de votos. Vimos o gênero atravessar também as eleições de 2018, naquela ocasião, combater a chamada ideologia virou grito de guerra. *Fake News* foram produzidas e pulverizadas contra candidatos progressistas acusados de “destruidores da família”. Proteger as crianças, preservar a família tradicional e eliminar a “ideologia de gênero” vêm sendo as principais justificativas para criação de projetos de leis que tentam impedir os

avanços das políticas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos e os direitos humanos de modo geral (BALIEIRO, 2018; JUNQUEIRA, 2018; CHIARADIA, CASSAL, 2019).

Esse avanço conservador tem imprimido muitos esforços no campo da educação, as chamadas políticas de reconhecimento têm sido alvo desses movimentos, e isso pode ser facilmente observado a partir das pesquisas que vêm abordando a supressão do termo gênero dos Planos de Educação em seus níveis nacional, estaduais e municipais (ROSA-NUNES, 2015; MAIA, ROCHA, 2017; VIANNA, BORTOLINI, 2020), bem como as tentativas de aprovações de projetos de lei que criminalizam a abordagem do gênero nos espaços escolares (ARAGUSUKU, 2020). O gênero é alvo de disputas políticas e, por isso, caminhar ao lado desses estudantes é, para nós, um privilégio, uma chance de nos tornarmos melhores e nos fortalecermos em meio a tantos retrocessos. É privilégio porque compreendemos as inúmeras forças que vêm atuando na tentativa de fazê-las desaparecer.

Ancoradas nos debates produzidos pelos transfeminismos contemporâneos (GOMES DE JESUS, 2012, 2014; BAGAGLI, 2013; YORK, OLIVEIRA, BENEVIDES, 2020; FAVERO 2020) e pela teoria queer (PRECIADO, 2014, 2018, 2020; MISKOLCI, 2009) o convite que fazemos a vocês é para pensarem conosco sobre políticas de aliança (BUTLER, 2018). Partiremos de três narrativas pessoais dos autores, todas atravessadas por questões de gênero e, na sequência, buscaremos refletir sobre a força subversiva que nossos corpos aliados podem gerar.

### **Vozes, ecos, vozerio: revirar as memórias**

Em seu texto *Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita*, Conceição Evaristo apresenta uma escrevivência na qual vida e escrita, como ela mesma diz, se misturam, aparecem comprometidas uma com a outra. Elas são uma coisa só. Escrever para viver. Viver para escrever. *EscreViver*. No exercício de visitar as próprias memórias, de infância, de juventude, memórias de mãe, de avós, a autora vai encontrando vários pontinhos que, interligados, vão mostrando como se dá o nascimento de sua escrita. Da “grafia-desenho” de sua mãe que, riscando o chão com um graveto, fazia nascer a simpatia do sol que traria dia iluminado para garantir que todas as roupas lavadas secassem. Sua mãe era lavadeira e, por isso, o sol era mais que calor para aquecer o dia, o sol era

garantia de sustento. De risquinho em risquinho para tecer cada raio solar, sua mãe a ensinava a traçar o nome, os números, as sílabas, a escrever a si mesma (EVARISTO, 2020).

Revirar memórias. Abrir nossos baús empoeirados do tempo é exercício complexo. De dentro deles podem emergir fragmentos de sonhos azuis, amores antigos, a sensação do gosto do doce predileto da infância, podem emergir até mesmo histórias que não são nossas, mas que, de alguma maneira, se cruzam com a nossa. Memórias esquisitas, embaçadas pelo tempo. Memórias que, como areia fina, escorrem dentre os dedos sem que tenhamos tempo para juntar. Memórias grãos. Revirar memórias. Ao abriremos nossos baús empoeirados do tempo, voam lascas afiadas que rememoram a dor, o esquecimento. Memórias vermelhas como sangue. Gotejando.

### **Memórias grãos e apagamentos**

Raíssa. 19 anos. Era natural do Paraná e vivia no interior de São Paulo desde que saíra da casa dos pais. Morava com amigues, colegas das batalhas da vida nas ruas. Não sei tanto de sua vida, tínhamos amigas em comum e, esporadicamente, partilhávamos um café quentinho e feito na hora. Trocávamos conversas. Embora não a conhecesse profundamente, nessas conversas trocadas e aquecidas pelo sabor e cheiro dos cafés, eu sabia que Raíssa tinha desejos, tinha sonhos, tinha risos e tinha choros, mesmo que ela não me dissesse tudo. À época eu tinha quase 26 anos de idade, era integrante de uma ONG na qual coordenava um projeto, o *Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia*, nome comprido, tão comprido quanto sua missão; o mesmo era parte de uma série de políticas iniciadas a partir da criação do *Programa Brasil sem Homofobia* (lançado, 2004).

Mais um dia de trabalho, cheguei pela manhã na sede da ONG no centro da cidade, fiz um café para aquecer o dia e fui recebida pelos comentários do grupo a respeito de um corpo que estava no IML (Instituto Médico Legal) há muitos dias aguardando identificação, estava prestes a ser sepultado como indigente. As informações eram vagas, mas alguns achavam que poderia ser o corpo de uma travesti da cidade. Entrei em contato com uma amiga em comum para ver se ela sabia de algo ou se poderia ir comigo ao IML para tentarmos identificar o corpo. Confesso que não pensei muito, não pensei que nunca tinha ido ao IML, não pensei nos impactos de entrar em contato com uma pessoa que havia sido

assassinada provavelmente em razão da transfobia, não pensei que dormiria mal por muitos dias sequentes, não pensei, apenas fui.

Adentramos naquele espaço frio, nos identificamos, o funcionário nos conduziu ao local onde os corpos ficavam, espaço pequeno, sensação de desconforto. Frio. Olhamos para aquele corpo, já estava ali há alguns dias, e em nada parecia com aquela pessoa do começo deste relato, com quem eu partilhava cafés quentinhos. Mas era ela. Não havia dúvidas. Ficamos muito impactadas. Mas estávamos diante de um fato/decisão racional e que havia nos levado ali, quem era aquele sujeito que estava ali diante nós, como nós poderíamos identificar, buscar a família, garantir que ela tivesse um sepultamento digno, um sepultamento que ao menos legitimasse sua existência e honrasse sua memória?

Para que compreendam melhor o que quero dizer: Raíssa, nome social, infelizmente não retificado formalmente, de uma jovem encontrada sem documentos, uma jovem que aos olhos do Estado tinha rosto, corpo, vestes de mulher, mas também era homem (para eles era homem). Nós não sabíamos como havia sido registrada no momento de seu nascimento, não sabíamos quem eram seus pais, não sabíamos e não podíamos provar nada.

Saímos de lá impotentes, mas para mim soava absurdo desistir dessa história. Parti então em busca de outras pessoas que a conheciam, telefonei, bisbilhotei e, enfim, descobri que Raíssa um dia havia sido denominada B., jovem do interior do Paraná, filho de família religiosa. Os conflitos com a família e a transfobia fizeram com que Raíssa deixasse sua casa, sua família, a escola e partisse em busca de cenário mais aberto à sua existência, ela tinha 15 anos naquela época. Com o nome em mãos, sobrenome encontrado, telefonei para todas as escolas municipais e estaduais do município, telefonei para o cartório, vasculhei. IML queria enterrar “aquele corpo”, nós queríamos que Raíssa partisse com o mínimo de respeito. Finalmente após o diálogo com uma diretora e secretária de escola, consegui encontrar a escola onde Raíssa havia feito o ensino fundamental, pelos registros encontrei nomes de mãe, pai; o endereço achei com a ajuda da lista telefônica, muitas ligações – para todes us moradores daquela rua que tinham telefone fixo na lista (ainda existia lista). Enfim, achei. Vizinha mandou chamar. Mãe veio à casa da vizinha acompanhada do pastor de sua igreja.

Pastor fala comigo, eu explico o ocorrido, ele dá a notícia à mãe – “B. faleceu”, mãe fica nervosa, eles estão a caminho...

Preparo-me para receber mãe, pastor, não sei mais. Há dias vivia somente aquela história. Chegam em minha casa muito cedo, me agradecem, dizem o quanto serei abençoada por Deus por ter me empenhado tanto. Seguimos ao IML. Hora mais dura. Mãe se aproxima, não precisa de muito para saber que ali tinha um dos seus. Triste. Mãe não via a filha desde que tinha 15 anos. Mãe, que na sua concepção já não tinha mais filho, agora o perdia pela segunda vez. E daqui para frente foram trâmites legais...

Entre trâmites legais de liberação do corpo, papéis e a conversa com a família para definirmos como seria esse momento final de Raíssa, a mãe decidiu que a levaria para a cidade onde moravam, sua cidade natal, lá seria o sepultamento, lá ela faria última morada. Daí para frente acompanhei e vivi algo que intensificou ainda mais esse momento tão doloroso, o apagamento, a tentativa de apagar aquela identidade que havia enfrentado tantos desafios para existir, que havia inclusive dado sua vida para garantir a chance de ser quem de fato era. Mãe e pastor compraram caixão, escolheram madeira, aquela que era possível pagar, pois para morrer também se paga; foram escolher roupas, escolheram um lindo e distinto terno, com direito a gravata e tudo (foi o que me disseram). Raíssa, ou agora novamente B., era então destituída de quem era. Era esvaziada de si para se tornar ou para retornar àquilo que queriam que ela fosse; em detrimento de todo seu desejo, de sua história; Raíssa tinha mais uma vez a sua vida entendida como algo que não valia a pena, como algo abjeto como bem disse Judith Butler, a filósofa americana.

Entre fazer o meu trabalho, defender o que acreditava e ao mesmo tempo procurar compreender a dor da perda daquela família, que tinha parte de seus sentimentos ancorados no desconhecimento e na transfobia, eu me deparava com o fato de que meu papel ali acabara – eu tinha que respeitar a decisão da família, não sem tentar argumentar, é claro. Mãe me disse: - só tive um filho, B.. E é meu filho, o B., que vou enterrar, obrigada por tudo que fez por nós, que Deus te abençoe muito, você e sua família.

### **A transfobia além do visível**

Para você, a travesti, assusta ou afeta?

Me permitam começar esse texto da forma que penso/escrevo/falo, e como aconteceu o recorte da minha vida aqui tratada. Primeiramente, preciso esclarecer que sou uma travesti passável, branca, padrão e graduanda, às quatro últimas características me possibilitaram muitas conquistas, que diversas outras travestis não tiveram ou nunca terão, e a que considero maior delas é ter o apoio de toda minha família, tanto paterna quanto materna. Não consegui o feito do dia para noite, tiveram diversas lutas, mas hoje posso cantar vitória, desejar e batalhar para que muitas outras pessoas trans tenham o mesmo direito de serem e existirem como quem quiserem. Após esse breve resumo sobre quem sou, posso prosseguir na escrita e contar um dos fatos que tomei consciência nos últimos meses.

Algumas pessoas trans gostam de conhecer a pessoa primeiro e depois assumir que são trans, mas eu nunca gostei, sempre achei que gastaria muita energia e poderia ter maiores decepções, então sempre deixei claro nos primeiros momentos que sou travesti. Como sempre tive medo de apanhar ao assumir, preferia sempre conhecer pessoas virtualmente, quase uma *travaciborgue*, que pode se proteger de possíveis agressões físicas (transfóbicas) pelas redes, e comentários maldosos é só denunciar ou bloquear, e assim sempre seguir rakeando afetos. Até que um dia aconteceu algo diferente, não era mais uma pessoa que poderia ter amizade ou me relacionar casualmente, para a trava que sempre achou que afetos amorosos eram construções cisgêneras demais, um dia ela se afetou.

A descoberta do afeto em um relacionamento amoroso me trouxe dilemas antes não explorados, o principal deles foi, como a transfobia pode consumir até o nosso afeto, e como ela vai além de agredir ou xingar uma pessoa trans, a transfobia está incutida nas estruturas sociais. Me permito chamar aqui a transfobia de monstro, não qualquer monstro de história infantil ou contos da Disney, esse monstro é tão real quanto a minha existência, ele vive entre cada relação humana. Em um momento pude percebê-lo, e assim descrevê-lo, como algo que pode adquirir qualquer forma, por exemplo, um pai, que diz a sua filha travesti que ela é obra do demônio, ou uma criança, que fala que a travesti não pode usar rosa porque ela na verdade “tem corpo de homem”, não acredito que essas pessoas quiseram realmente falar isso, até porque ao falarem não há mais brilho nos olhos, não me

enxergam como humana, apenas veem o monstro da transfobia na minha frente e se espantam.

Esse monstro vem a anos se alimentando das nossas relações, assustando nossos afetos e nos matando. Quem criou e alimenta esse monstro? A cisgeneridade durante séculos, na tentativa de nos matar. E até mesmo de nos fazer cometer suicídio, porque ao falar que eu namoro, sempre ouço das manas trans/travesti que é uma sorte, como ganhar na mega sena da virada, enquanto as pessoas cis, sempre me olham com semblante de surpresa, como se pensassem “como ela trans, pode ter um relacionamento?”. As pessoas são tão repetitivas nesse fato que eu até me deixei levar por essa transfobia invisível, sem ao menos perceber que ao enxergar esse monstro eu me afasto de quem sou, e quanto mais dizem que sou um monstro, mais se afastam de mim e se defrontam com seus medos, como esse mesmo pai, que na verdade tem medo de virar chacota para os amigos, e essa criança, que tem medo de ver a travesti sendo ridicularizada na rua por usar rosa, da mesma forma que eu sempre tive medo de me vestir no feminino, por achar que seria morta no primeiro momento que saísse na rua, e assustada por esse monstro sempre voltava correndo para as normas da cisgeneridade.

Acreditem, nós podemos muito mais, embora sempre recebamos menos. Mas continuaremos na luta, sempre rakeando esse monstro, e prometo a mim, não carregar mais esse peso, nós não somos o monstro da história, nós não assustamos, a cisgeneridade é que se assusta com tamanha liberdade e marginalidade de um corpo. Se assustam pois não têm a coragem de abdicar dos privilégios, não se dão conta que estão presos ao que criaram e chamam de norma, e não podem se dar ao luxo de experienciar seus desejos.

### **Viadecendo uma experiência universitária qualquer**

Aceitei o desafio de escrever em aliança. Acredito muito em espaços outros de escrita e solidariedades acadêmicas. De algum modo, isso é o que me faz continuar, em tempos tão escuros e de broxamento científico, a escrever sobre algo que me afeta, e certamente, afeta a outres tantes: impasses e opressões de gênero e sexualidade na atuação na Universidade. Claro que preciso informar es leitores que minhas vivências são particulares e que outras pessoas podem ou não senti-las da mesma forma. Isso porque a norma cisgênero produz um cotidiano sofrível para pessoas desviantes como eu. A

experiência de ser gay, pobre e de zona rural me custou um exercício maior de oportunidades outras. É um exercício diário resistir a esse olhar onipresente, pois a cisheteronorma, além de produzir marcas no meu corpo ao longo da vida, tenciona e (re)produz um atuação acadêmica elitista, classista, racista e generificada. Lembro de minha primeira reunião de departamento, quando tinha finalmente sido aprovado num concurso público para professor de ensino superior numa universidade pública. Nessa reunião, as pessoas viram, em primeiro, a minha vivência viada e logo soltaram a seguinte frase: “Nossa! Nesse departamento só está entrando viado para dar aulas. Meninas, precisamos compor essas bancas de seleção para a gente bloquear a entrada de mais bichas (risos)”. Foi isso que eu ouvi, momentos antes de iniciar a reunião. Achei muito forte, como se mais uma vez esses discursos me cortassem a pele, pois nessa fase, ainda não estava me sentindo forte para os enfrentamentos que nós, gays e afeminadas, precisamos viver cotidianamente. Isso me fez lembrar de como a vivência acadêmica, às vezes, é produtora de assimetrias em termos de marcadores sociais das diferenças e que, às vezes, mudamos o lugar, a universidade e elas permanecem ou se intensificam.

Não é meu propósito aqui celebrar experiência de homofobia, mas destacar que essas opressões nos tornam, no mínimo, mais fortes e preparados para desaquendar as opiniões e experiências viadas na atuação docente. Assim, meu foco será numa outra cena, vivida já atuando no ensino superior. Ela aconteceu em uma das tantas reuniões de reestruturação curricular do curso de Pedagogia, na qual eu e outres colegas que fortemente incluímos as discussões de gênero e sexualidade no ensino, pesquisa e extensão começamos a debater sobre a inclusão dessas temáticas como componentes obrigatórios do curso. Em determinado momento acalorado da discussão, um colega docente disparou: “Agora vocês querem enfiar gênero em tudo! O Pedagogo será especialista em gênero agora é? Muito mais importante incluir mais componentes sobre alfabetização e letramento do que sobre isso”. A recusa do docente estava, justamente, ligada ao fato de que ele tematizava questões de gênero e sexualidade e como existe uma marcação de campos disciplinares (o que é um objeto da formação de professores, ou não, por exemplo) e a exclusão de disciplinas que tematizam gênero e sexualidade num campo disciplinar. Essa é uma forma de estabelecer fronteiras rígidas, primeiro, do que conta como importante na

formação docente, e depois, de quais experiências e temáticas são válidas de serem visibilizados em termos de currículo. Como bicha afrontosa que sou, tratei de enfrentar o colega também viado, acerca do que ele havia aprendido sobre gênero em sua trajetória formativa ou que espaços de diálogo a partir das dissidências ele trabalhava nas suas aulas. Lembro-me que fiquei sem resposta e passamos a dialogar muito pouco, apenas o indispensável. Como currículo é poder, fomos eu e colegas para o enfrentamento e as temáticas foram inseridas. Nesse processo, a perspectiva do PPC do curso se conectou mais às discussões pós-críticas, na medida em que o currículo como produtor de subjetividades é permeado por relações de poder. Com as discussões sobre gênero e sexualidade mais visibilizadas e com oferta obrigatória, será uma oportunidade significativa para a problematização e superação de estereótipos e preconceitos no campo da educação.

Talvez algumas feridas ou possíveis cicatrizes tenham, de algum modo, nos marcado. Isso pode ter favorecido outra cena que marcou minha experiência docente. Boa parte dos colegas que discutimos naquela reunião do PPC, faziam parte da comissão de horários de trabalho docente, sendo uma das atribuições lotar docentes em disciplinas, turnos, dias, cursos. Fui selecionado por essa comissão para ministrar aulas no curso de licenciatura em Física. Nossa! Estava por muito tempo trabalhando com disciplinas de práticas de estágio e tinha que agora ministrar aula de política educacional na Física. Não pela temática ou porque não queria enfrentar o novo, mas por ter ouvido histórias que os cursos das exatas são mais difíceis para o exercício da docência viada. Achei, de alguma forma, que aquilo poderia ser uma punição para mim ou só queria me proteger de situações homofóbicas. Foi me dito pelo colega da cena citada que meu concurso era também para aquele componente. Assim, fui lotado e já na minha primeira aula ouvi uma frase já muito conhecida: “Hum... Acho que essa Coca é Fanta”. Parei, refleti e disse para mim mesmo: “Eu não vou mais me aquendar. Nunca mais. Parei a aula e disse para a turma: Nossa! Vocês homofóbicos comigo? Me lotaram na Física porque acharam que eu sofreria. É isso que vocês farão? Tornar o trabalho que eu amo, sofrível?”. Acabei que recebi um carinho enorme naquele dia e pude ter uma conversa aberta sobre essas questões. Foi um dos momentos que mais aprendi e ensinei. Tive um semestre incrível no curso da Física, com festa surpresa ao final.

Talvez, ao trazer narrativas que, por algum tempo machucavam, eu esteja a dizer para as pessoas que (micro)políticas de negociação sempre podem ser estabelecidas por

ume docente viada no ensino superior. Há possibilidades de (re)existência e (re)negociações das aprendizagens de gênero e sexualidade dentro da universidade. Talvez com essa narrativa e escrita em aliança, eu me sinta mais motivado a problematizar concepções teórico-metodológicas de gênero que não mais me satisfazem, pelo incomodo que elas me trazem por serem, muitas vezes, fixas e porque os estudos queer e trans\* estão me possibilitando ir, ainda sem saber para onde, mas estou indo mais feliz.

### **Nós. Conversas plurifônicas**

Nós. Nós começamos nossa conversa falando do Útero. Falando sobre a gestão e controle que são empreendidos sobre nossos corpos. Preciado (2020) faz uma reflexão bastante pertinente a respeito do útero como um órgão que é gerido por instâncias estatais e a partir dos interesses econômicos e religiosos. Segundo o autor, “(...) não há dúvida de que, de todos os órgãos do corpo, o útero tem sido historicamente aquele que foi objeto de maior expropriação política e econômica” (PRECIADO, 2020, p. 98). Metaforicamente, o útero seria símbolo da luta conservadora por uma espécie de garantia da soberania nacional, Preciado observa esse processo quando analisa o modo com que o governo espanhol legisla sobre questões como descriminalização e gestão do aborto legal, bem como no que compreende a lei que legaliza a união entre pessoas do mesmo sexo. Esse conjunto de “políticas do útero” esteve presente em todos os episódios da cena política brasileira que trouxemos no início do texto. E nós? Nós, seguimos lutando pela descolonização de nossos corpos, tenham eles útero ou não. Como coloca Preciado (2020, p. 98):

Na epistemologia somática do Ocidente, o corpo das mulheres contém dentro de si um espaço público, cuja jurisdição é disputada não somente pelos poderes religiosos e políticos, mas também pelas indústrias médica, farmacêutica e agroalimentar.

Se nossos úteros ou até mesmo a ausência deles são regulados pelo Estado, que movimento fazer no intuito de fissurar essa realidade? Preciado (2020) nos convoca a uma greve de úteros. Que façamos uma ultrassonografia de nós e retiremos os monumentos e bandeiras que foram cravados pelos colonizadores. Descolonizar nossos úteros. Descolonizar nossos corpos. Descolonizar. Que nos pensemos como “cidadãs totais” e não

como “úteros reprodutivos” apenas. Que nos juntemos nessa insurgência. Nossas pernas estarão fechadas às bandeiras colonizadoras do Estado. Vamos fazer uma grande fogueira para essas bandeiras e lá, ao redor do fogo, dançaremos: as LGBTQIA+, as bruxas, as pornográficas, as punheteiras, as siririqueiras, as viadas, as não binárias, as não monogâmicas, as poliamoristas, as solitárias, as abortistas, as putas, as abjetas (PRECIADO, 2020). Vamos aparecer.

Quando refletimos sobre a categoria gênero, logo nos deparamos com o imperativo que nos diz que todos somos obrigados a representar um determinado gênero. Alguns representam de maneiras mais conformes, enquanto outros o fazem de maneiras totalmente inconformes, como nos diz Butler, “[...] o gênero é recebido, mas com certeza não simplesmente inscrito em nosso corpo como se fôssemos meramente uma chapa passiva obrigada a carregar uma marca” (BUTLER, 2018, p.38). Somos de mais amplitude e de mais possibilidades. Judith Butler (2018) nos convida a refletir sobre as condições de precariedade que atravessam, de diferentes maneiras, as vidas de sujeitos tidos como inconformes. Para a autora, quando esses diferentes corpos ocupam as ruas, estão todos reivindicando um direito fundamental: o direito de aparecer. São corpos que se juntam, se expõem, se arriscam, movidos por uma condição similar de precariedade para reivindicarem melhores condições econômicas, políticas e sociais, são corpos que, de alguma maneira, se recusam a permanecer no lugar do descartável. Quando pessoas diversas se reúnem em praça pública para se manifestarem contra as políticas de austeridade ou então políticas genocidas, como foi o caso das manifestações que tivemos em algumas capitais do Brasil, em plena Pandemia da Covid-19 em 2020, na qual torcidas de futebol, partidos políticos e pessoas comuns se juntaram num grito coletivo pelo direito de preservação de vidas, estamos falando exatamente do que Butler (2018) vai chamar de aliança.

Essas manifestações, para Butler (2018), seriam exercícios performativos daquilo que ela chama de direito de aparecer, ou seja, múltiplas e diferentes pessoas juntas em um ato político de recusa coletiva às condições de vidas precárias, sejam elas econômicas, sociais, raciais, sexuais; falamos, portanto, de uma reivindicação coletiva por justiça. Pensar em populações que são consideradas descartáveis nos levaria a tecer uma listagem bastante extensa que cruzaria eixos de poderes diversos como gênero, sexualidades, raça,

nacionalidade, geração, dentre outros. Aqui tentaremos focar a reflexão nas narrativas apresentadas anteriormente. Ainda sobre a condição de precariedade, Butler coloca que,

A precariedade designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte (BUTLER, 2018, p. 40).

Diversos grupos podem estar conectados por essa condição comum de precariedade, quando esta ligação se dá a partir da não conformidade com as normas de gênero, é fácil identificar o que ela acarreta, estaremos sujeitos à violência, ao assédio, a morte, em decorrência da não inteligibilidade de nossos gêneros. No entanto, é necessário que enfatizemos que a distribuição dessa precariedade não é igualitária para todos; alguns apresentam níveis de precariedade maiores que outros. Com isso estamos dizendo que não somos igualmente reconhecidos, mas a posição comum de vulnerabilidade acaba por tornar-se um caminho possível para a tessitura de alianças e de resistências (BUTLER, 2018). Ao retomarmos a escritura sobre Raíssa, é possível sentirmos as dimensões dessa precariedade e, como nos apresentam Sara Wagner York, Megg Rayara Oliveira e Bruna Benevides (2020) em seu “Manifesto Travesti”:

Os processos de violência e vulnerabilização experienciados pela população travesti são tão apavorantes, que apenas os dados gerais como mortes e torturas ganham um pouco de atenção por parte da mídia e do grande público em um grande circo de horrores que denuncia a estrutura sistêmica de exclusão e exotificação de seus corpos mutilados, muitas vezes desnudos para lembrar que aquele corpo não deveria existir ou ser aceito como humano (YORK, OLIVEIRA, BENEVIDES, 2020, p.3).

A privação de reconhecimento ameaça a existência de determinados sujeitos e a busca por condições seguras de aparecimento, pela garantia de poder aparecer em público da forma que desejar; está intimamente ligada à busca pelo direito de ter uma vida vivível. Segundo Butler, “[...] para aqueles considerados ilegíveis, a luta para formar alianças é fundamental, e envolve uma proposição plural e performativa de elegibilidade onde ela não existia antes” (2018, p.57). Significa dizer que uma política de gênero só será possível se conseguirmos tecer alianças entre nós – trans\*, cis, sapatonas, bissexuais, viades, seres intergalácticos, monstros e toda e qualquer existência que possa ser lida como precária em

termos de acesso à justiça. O direito de aparecer seria uma condição da luta democrática e da ação política.

Como aborda Paul Preciado (2018), a noção de gênero nasce no contexto dos discursos e práticas médicas, nos finais dos anos 1940 nos Estados Unidos e, pertence inicialmente, a um discurso biotecnológico. Foi empregada pela primeira vez pelo psicólogo John Money, responsável pelo tratamento de pessoas intersexuais. Preciado problematiza o quanto termos como feminino e masculino se tornam vazios quando destituídos de todos os aparatos tecnológicos que os produzem. Money vai utilizar a ciência para encaixar corpos intersexuais dentro da norma binária das categorias masculino e feminino. Com isso, vai balançar as certezas que haviam sobre a fixidez das categorias de sexo e gênero.

Na concepção de Preciado, o gênero seria um “artefato industrial biotecnico”, assim como a pílula anticoncepcional, fruto do mesmo sistema. Segundo o autor: “As tecnologias do gênero, do sexo, da sexualidade, da raça são verdadeiros fatores econômicos do farmacopornismo. São tecnologias de produção de ficções somáticas” (PRECIADO, 2018, p.111). O surgimento da categoria gênero teria gerado, portanto, uma cisão com a ideia essencialista de homens e mulheres. Ao balançar essa certeza de que o gênero e o sexo seriam componentes imutáveis, teríamos o nascimento daquilo que Preciado denomina regime farmacopornográfico. Diferente do regime disciplinar do século XIX que pensava o gênero como natural e imutável, o farmacopornográfico é aquele no qual o gênero e o sexo podem ser produzidos e reproduzidos por meio das técnicas científicas.

Uma vez criada, a categoria gênero segue seu curso. Ela voa. Se torna uma categoria em disputa. No contexto da década de 1970, a chamada segunda onda feminista se apropria da categoria para pensar gênero como algo construído, mas segue pensando sexo como algo imutável. É somente a partir de 1980 que teóricas queer como Judith Butler e Teresa de Laurets vão apresentar uma crítica ao uso do conceito de gênero no âmbito do feminismo. Como aponta Preciado (2018), De Laurets vai problematizar o emprego essencialista da categoria mulher como sujeito único do feminismo e vai desenvolver a noção de tecnologia de gênero. Para essa autora, existiria um emaranhado de tecnologias de gênero trabalhando para formatar nossos corpos a partir da noção normativa e binária da diferença sexual. Butler (2014) vai inserir, nesse contexto, a ideia de que o gênero seria fruto de um

grande sistema de regras, discursivas, corporais, performativas, políticas, sociais, responsáveis por dar inteligibilidade aos sujeitos. Como bem expressa Preciado (2018):

(...) a certeza de ser homem ou mulher é uma bioficção somatopolítica produzida por um conjunto de tecnologias do corpo, técnicas farmacológicas e audiovisuais que determinam e definem o alcance das nossas potencialidades somáticas e funcionam como próteses de subjetivação (PRECIADO, 2018, p.127).

O que Preciado (2018) está nos dizendo é que estamos todos programados dentro do sistema da diferença sexual e sob regime de uma era farmacopornográfica. No âmbito do sistema capitalista somos inseridos num jogo performático de desempenho cuja programação prevê que sejamos um sujeito (homem ou mulher), um corpo saudável (geralmente magro e se possível branco), com um sexo, uma sexualidade (de preferência reprodutiva), um gênero, uma religião (de preferência cristã) e uma casa para chamarmos de nossa.

Nessas espécies de jaulas do gênero (PRECIADO, 2020b) que precisamos habitar para existir no mundo cisheteropatriarcal e colonial, rabiscar alianças é desafiador. Nosso exercício é micro político, muitas vezes se resume a abrir as portas das jaulas na clandestinidade e sair por aí para “assustar o povo”, ou para produzir espantos como sugere Marlucy Paraíso (2016). Sair por aí como travaciborgue para rakear afetos. Quando perguntamos se a travesti assusta ou te afeta, lançamos a provocação que us convida a compor esse movimento de aliança. Ele não é só nosso. Respondam, portanto, à questão feita. A travesti te assusta? Te afeta? Como afeta? York, Oliveira e Benevides afirmam que (...) ser uma travesti é o reconhecimento de um outro corpo possível, legítimo, além daqueles normatizados” (2020, p.2). Nosso exercício micro político tem se dado na pista, nos jogos de poderes cotidianos que atravessam a experiência docente, as negociações políticas sobre aquilo que pode ou não ser ensinado nas escolas e universidades, e sobre quem pode estar nesses espaços. A transfobia e a LGBTQI+fobia podem consumir o afeto. Sem afeto podemos bem pouco.

Fechando este tópico mais uma vez com Paul B. Preciado (2014), miramos sua proposta de estabelecimento de um contrato contrassexual, um contrato que geraria uma sociedade na qual as pessoas se reconheceriam mutuamente apenas como sujeitos falantes, e não mais a partir dos binarismos com os quais estamos acostumados, buscaríamos por

uma teoria do corpo que se localiza fora dos duetos binários, estaríamos caminhando junto da *palavra travesti* e sua performance insubmissa (YORK, OLIVEIRA, BENEVIDES, 2020).

Para Preciado, aquilo que chamamos homens/mulheres, heterossexual/homossexual são apenas alguns dos componentes do sistema sexo/gênero, e como quaisquer outros, são entendidos como produções tecnológicas que fazem parte de um aparato maior que compreende o que ao autor chama de tecnologia sexual. Assim, sexo, sexualidades e gênero seriam tecnologias sociopolíticas passíveis de mutações. Fazer um movimento contrassexual seria justamente pensar em implodir a ideia de natureza sob a qual se ancoram as definições binárias de sexo e gênero, essa suposta ideia de que existe uma natureza dos corpos é abandonada. Como coloca o autor (PRECIADO, 2014, p.25) “A natureza humana é um efeito da tecnologia social que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação natureza=heterossexualidade”. E para concluir, ainda em diálogo com YORK, OLIVEIRA e BENEVIDES (2020), poderíamos pensar que um dos meios de implementação de um contrato contrassexual seria começar por travestilizar as formas para, na sequência, recriá-las.

### **Considerações**

Procuramos pensar sobre como corpos sem conformidade com as normas de gênero (e todos os corpos) podem ter mais possibilidades de uma vida que não esteja o tempo sob ameaça. Como bem nos lembra Butler (2018), as normas podem até impor e determinar quem é ou não é legível socialmente, mas nesse percurso, as normas também podem falhar e é dessa falha que nascem as brechas. Ainda estamos atuando por essas brechas. Paraíso (2016), em um de seus artigos sobre gênero e currículo, utiliza a expressão produzir espantos, tomamos a expressão emprestada para dizer que nossa tarefa talvez seja essa, nos aliançarmos para causarmos muito espanto. Se nos veem como monstros, então, que trabalhemos com a maior das potencialidades que essa possível monstruosidade pode gerar: assustar. Vamos aterrorizar a norma cisheteropatriarcal. E vamos em bando. Talvez essa seja uma política de coligação mais interessante.

Enquanto a viabilidade da vida não for parte de um conceito mais amplo de justiça, não estaremos nem perto de um exercício de vida viável, ou seja, se o direito de aparecer é dado apenas a algunes, ou então é dado de maneira muito desproporcional a uns e outros,

não estamos numa esteira justa. O que problematizamos desde as linhas iniciais deste texto, foi justamente isso: o direito de aparecer [existir] e a importância desse aparecimento na cena das escolas, das universidades, nas ruas, na vida. Seguimos.

## Referências

ARAGUSUKU, H. A. O percurso histórico da ideologia de gênero na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. **Agenda política**, São Carlos, v. 8, n. 1, p.106-130. 2020.

BALIEIRO, F. F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530006>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BAGAGLI, B. P. Máquinas discursivas, ciborgue e transfeminismos. **Revista Gênero**, Niterói, v. 14, n. 1, p. 11-27. 2013.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução Fernanda Siqueira Miguens, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CHIARADIA, C. F.; CASSAL, L. C. B. Ressonâncias educativas de um conceito pseudocientífico: “ideologia de gênero” e sexualidade na sociedade brasileira. **Perspectivas de la Comunicación**, Chile, v. 12, n. 1, p. 227-258. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-48672019000100227>. Acesso em 13 mar. 2021.

CORRÊA, S.; KALIL, I. Políticas antigênero em America Latina: Brasil, la catástrofe perfecta? Observatorio de Sexualidad Política (**SPW**), 2020.

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, Constança Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 48-54.

FAVERO, S. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. **Equatorial**, Natal, v. 7, n. 12, p. 1-22, jan/jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2446-5674.2020v7n12D18520> Acesso em: 20 abr. 2021.

GOMES DE JESUS, J. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas humanística**, n. 78, p. 241-258. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/791/79131632011.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

GOMES DE JESUS, J. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

JUNQUEIRA, R. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v. 18, n

43, p. 449-502. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004)  
Acesso em: 20 abr. 2021.

MAIA, M. F. G. ; ROCHA, D. Ideologia de gênero: tensões e desdobramentos na educação. **Revista Contemporânea de Educação**, v.12, n. 25, set/dez. 2017.

MEYER, L. M. Histerectomia, um relato. Blogueiras feministas. De olho na web e no mundo. Disponível:<https://blogueirasfeministas.com/2013/02/14/histerectomia-um-relato/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.53. 2018. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530002>

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, jan/jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MOURA, F. P.; SALLES, D. C. O Escola sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Periódicus**, Salvador, n. 9, v. 1, p. 136-160, mai/out. 2018. Disponível em:<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25742>. Acesso em 16 mar. 2021.

PARAÍSO, M. A. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v.16, n. 3, p. 388-415, set/dez. 2016. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraiso.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021. PRECIADO, P. B. Manifesto contrassexual. São Paulo: N° 1 Edições, 2014.

PRECIADO, P. B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica São Paulo: n-1 Edições, 2018.

PRECIADO, P. B. **Um apartamento em Urano**: crônicas de uma travessia. Trad.: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRECIADO, P. B. Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução: Sara Wagner York. Revisão da Tradução: Carolina Torres. **Revista A Palavra Solta**. Nov. 2020b. Disponível em: <https://www.revistaapalavrasolta.com/post/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala>. Acesso em: 07 jan. 2021.

ROSADO-NUNES, M. J. F. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v.13, n.39, p.1237-1260. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2015v13n39p1237> Acesso em: 12 abr. 2021.

VIANNA, C.; BORTOLINI, A. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046221756> Acesso em:21 abr. 2021.

YORK, S. W.; OLIVEIRA; M. R. G.; BENEVIDES, B. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Rev. Estud. Fem.* [online], v.28, n.3. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375614> Acesso em: 21 abr. 2021.

## Notas

---

<sup>i</sup> Pesquisa financiada pelo CNPq através da Chamada CNPq 06/2019 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa e de bolsa de Iniciação Científica CNPq/UFS.

<sup>ii</sup> O termo trans\* (com asterisco) aqui empregado, é uma forma de expressar todas as pessoas que transpassaram os papéis de gênero que a sociedade impõe, como as pessoas trans\* binárias, trans\* não binárias, travestis.

<sup>iii</sup> Realizamos a análise das entrevistas com os estudantes no artigo “Vai que a Universidade se Trans\*Forma”: experiências e epistemologias trans\* (no prelo).

<sup>iv</sup> Os pronomes neutros serão utilizados durante todo o texto como tentativa de exercitar uma escrita mais inclusiva, partindo dos estudos transfeministas e *queer*.

## Sobre os autores

### Késia dos Anjos Rocha

Feminista, anticolonial, atualmente está Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bolsista CAPES. Vive, aprende e (des)aprende no campo dos estudos de gênero, sexualidades e raça em diálogo com os pensamentos feministas, *queer* e contracoloniais.

E-mail: [kesiaanjos@gmail.com](mailto:kesiaanjos@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1707-6007>

### Ariel Matos Brito

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe (UFS), trabalhou no projeto de pesquisa sobre Violação de direitos das minorias sociais: ataque, resistência e perspectivas para a inclusão social na universidade pública, e atualmente no projeto de pesquisa sobre Saberes e epistemologias trans\* no ensino superior. Tem pensado em estudar e trabalhar mais com as temáticas de gênero, vivências trans\*, sexualidades, artes e direitos humanos.

E-mail: [arielmatos236@gmail.com](mailto:arielmatos236@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4633-1759>

### Alfrancio Ferreira Dias

Doutor em Sociologia (UFS). Pós-doutor pela University of Warwick, Inglaterra. Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Email: [diasalfrancio@gmail.com](mailto:diasalfrancio@gmail.com) Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5562-0085>

Recebido em: 29/03/2022

Aceito para publicação em: 31/03/2022